

Deputados se recusam a aprovar projeto de Regimento dos Líderes

Foto de Jamil Bittar

BRASILIA — A contestação à concentração de poderes nas mãos dos Líderes, acabou ontem por adiar a votação das normas provisórias que regerão a Assembléia. Na sessão convocada para a votação da matéria, alguns Deputados rebelaram-se com a forma como foram encaminhadas as discussões sobre o Regimento premitinar — restritas aos Líderes — e solicitaram um prazo de 24 horas para examinar o texto proposto. O pedido foi aceito pelo Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), que convocou nova sessão para as 15 horas de hoje.

Assim que Ulysses terminou de explicar o trabalho produzido em reuniões das lideranças, o Deputado Del Bosco Amaral (PMDB-SP) levantou uma questão de ordem. Depois de afirmar que o Líder do seu partido, Pimenta da Veiga, não estaria mais na função a partir do próximo dia 10, iniciou sua crítica à proposta de as normas provisórias serem votadas ainda ontem.

Del Bosco acrescentou que os Regimentos da Câmara e do Senado são ditatoriais, e manifestou o seu temor de que os Líderes pudessem estar repetindo os procedimentos neles previstos. Disse também que a bancada paulista quer a participação dos coordenadores:

Ulysses ponderou que a proposta de Regimento definitivo não era imutável, e que os partidos poderiam apresentar suas sugestões, através de emendas e substitutivos. Seria bom, entretanto, segundo o Presidente, que as normas provisórias fossem aprovadas ainda ontem.



Fernando Henrique fala do projeto

Mas ele não conseguiu convencer seus colegas. O Deputado Tidei de Lima (PMDB-SP) disse que havia uma grande preocupação “porque tudo o que é provisório acaba definitivo”. Ele pediu que os Constituintes tivessem acesso ao texto das normas preliminares, ainda que por 24 horas, e declarou, sob aplausos:

— Há que se abolir nesta Casa o voto de Liderança. Na Constituinte, não há que ter voto de liderança.

O Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), subiu então à Tribuna para, em nome de todas as lideranças, explicar que o único propósito dos Líderes era o de mostrar que há uma intenção de se chegar “a bom termo” na elaboração da Constituição. Fernando Henrique

apresentou em seguida um cronograma para a votação, ainda este mês, do Regimento interno definitivo: de 04 a 09, apresentação de emendas, e de 10 a 13, preparação, por um relator de um texto a ser submetido ao plenário. Os dias 14 e 15 seriam dedicados ao exame do documento, a ser discutido entre 16 e 22 e votado nos dias 23 e 24.

Por falta de energia elétrica no plenário, a sessão foi suspensa. Na reabertura, Tidei de Lima pediu que “os luminares do partido, os Líderes”, atendessem ao pedido de adiamento da votação. Juntaram-se à reivindicação, em apertes, os Deputados Fernando Santana (PCB-BA), Gérson Peres (PDS-PA), Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) e Egydio Ferreira Lima (PMDB-PE).

Fernando Henrique considerou justo que todos os se informassem sobre o texto, mas destacou que o trabalho de convencimento de todos os partidos foi longo. Pediu que as emendas fossem feitas com a preocupação de que deve haver transigência. A sessão foi novamente suspensa, por falta de energia elétrica, e na reabertura Fernando Henrique concordou com o adiamento, mas fez um apelo para que nas 24 horas “o espírito de leitura” fosse o da construção de uma convergência.

Ulysses voltou então a defender a necessidade de a Assembléia ter um instrumento imediato de trabalho e informou que os Constituintes receberiam hoje os textos das normas preliminares e da sugestão de Regimento interno, e deferiu a solicitação de adiamento, por lhe parecer “apropriada”.